



PARECER DE ENQUADRAMENTO DE OPERAÇÃO URBANÍSTICA – IFRRU 2020

PEDIDO N.º/.....

EX.º SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ

REQUERENTE

Nome/Designação

.....

Domicílio/Sede

Código Postal Localidade

Freguesia Concelho

Código de acesso à certidão permanente de registo comercial

Contribuinte n.º Cartão do cidadão n.º/BI n.º

emitido por em/...../..... válido até/...../.....

Telefone Fax E-mail.....

na qualidade de¹ representado(a) por

.....

Domicílio

Código Postal Localidade

Freguesia Concelho

Contribuinte n.º Cartão do cidadão n.º/BI n.º.....

emitido por em/...../..... válido até/...../.....

Telefone Fax E-mail.....

EXPOSIÇÃO DO PEDIDO

Para efeitos de candidatura ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020), vem requerer a V. Ex.º a emissão de parecer de enquadramento territorial e material da operação urbanística referente ao edifício/fração autónoma² sito(a).....

.....,

freguesia de, inscrito na matriz predial urbana

da respetiva freguesia sob o artigo, descrito na Conservatória do Registo Predial da

Lousã sob o n.º....., com o código de acesso à certidão permanente

de registo predial, atendendo ao facto de se encontrar inserido

em:

Área de Reabilitação Urbana (ARU) de

Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) da Lousã

¹ Proprietário(a), mandatário(a), usufrutuário(a), locatário(a), titular de direito de uso e habitação, superficiário(a), outra (indicar qual).

² Riscar o que não interessa.



O edifício destinar-se-á a:

- Habitação Outro uso. Indicar qual.....

A operação exige a execução de obras de reabilitação integral do edifício, que constituem meramente obras de conservação, isentas de controlo prévio:

- Sim Não

A operação incide sobre edifício:

- Com idade igual ou superior a 30 anos
 Com idade inferior a 30 anos

A operação incide sobre edifício alvo de:

- Processo de obras n.º/..... sujeito a Licenciamento²/Comunicação prévia²
 Pedido de informação prévia com o Requerimento n.º...../.....

Para o efeito anexa os seguintes documentos que assinala:

- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação
- Certidão da Conservatória do Registo Predial da Lousã
- Certidão negativa do Registo Predial da Lousã, caso o prédio seja omissa
- Caderneta Predial da Repartição das Finanças da Lousã, caso o prédio seja omissa no registo predial
- Ficha de avaliação do nível de conservação do edifício, caso se trate de edifício com idade inferior a 30 anos
- Planta de localização à escala 1/2000 ou 1/5000, caso não tenha número de polícia
- Estimativa do custo total da obra
- Calendarização da execução da obra
- Fotografias do imóvel
- Memória descritiva e justificativa referente à pretensão contendo o seguinte:
- Caracterização da operação urbanística
 - Data de construção do edifício ou indicação do n.º da autorização de utilização
 - Demonstração inequívoca de que se trata de uma intervenção de reabilitação integral³ do edifício
-
-
-

² Riscar o que não interessa.



³ Nos termos do anexo 4 ao Protocolo celebrado entre a ANMP e a EG do IFRRU 2020, são de reabilitação integral as obras através das quais se confere a um edifício, no seu todo, adequadas características de desempenho e de segurança funcional, estrutural e construtiva, não sendo consideradas reabilitação integral as obras de mero restauro, manutenção, limpeza, embelezamento ou equipamento do edifício.

Pede deferimento,

Lousã, de 20.....

O/A Requerente

RESERVADO AOS SERVIÇOS

OBSERVAÇÕES:

.....

.....

.....

.....

O/A TRABALHADOR/A:..... DATA:/...../.....

² Riscar o que não interessa.